



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

**Acta N.º 08/2025
(11ª do Mandato - 2023/2027)**

Ata da Reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas realizada em 26 de julho de 2025 (14:00, hora de Lisboa), em videoconferência (Zoom). Presentes 12 (doze) Conselheiros (membros do CP do CCP): António Guerra Iria, António Manuel Mota da Cunha, António Paulo Neves Marques, Beatriz Neves Guedes Pereira, Carlos Rui Pires Marcelo, Daniel Ferreira Loureiro, Flávio Alves Martins, José Fernando Campos da Silva Topa, Manuel Cândido de Oliveira Coelho, Manuel Pinto Pereira Viegas, Odete da Silva Fernandes, e Vasco Pinto de Abreu. Presente ainda o Coordenador da CT QSEFM, Hilário da Cunha. Ausências do Coordenador da CT QCPC, Rui Ribeiro Barata, e da Coordenadora da CT CEPECACS, Sandra Mano Ferreira.

1. Abertura da Reunião

A reunião foi aberta pela Presidente do Conselho Permanente do CCP (CP/CCP), Flávio Alves Martins, que, após verificação de quórum de presença, saudou a todos os presentes e agradeceu a participação na nona reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, tendo também sido aprovada a ordem do dia por todos os presentes.

2. Assuntos em Discussão

- 2.1** Aprovação da Ata da reunião presencial em Lisboa, entre os dias 07 a 09 de julho de 2025, em Lisboa
- 2.2** Reuniões das Secções Locais para 2025
- 2.3** Deliberação da proposta ao OE 2026 para o CCP
- 2.4** Proposta de Moção: 140 anos de Aristides Sousa Mendes
- 2.5** Assuntos Gerais

2.1 Aprovação da Ata da reunião presencial em Lisboa, entre os dias 07 a 09 de julho de 2025, em Lisboa

A Ata da Reunião Presencial realizada entre os dias 7 e 9 de julho de 2025 foi aprovada por todos os membros do Conselho Permanente presentes na reunião. Após a assinatura do Presidente e dos Secretários, e tal como as anteriores atas elaboradas até ao presente, ela será enviada à SECP e à DGACCP, sendo solicitada a sua distribuição a todos os conselheiros do CCP.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

2.2 Reuniões das Secções Locais para 2025

O Presidente Flávio Martins deu início ao ponto da ordem de trabalhos referente ao agendamento e aprovação das reuniões das secções locais do CCP para o ano de 2025. Foi referido que a proposta em análise reflete integralmente as deliberações tomadas durante a reunião presencial em Lisboa.

Foi informado que, no dia 14 de julho, foi remetido um ofício ao Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, nos termos legais, a solicitar a necessária autorização para a utilização das verbas destinadas à realização das referidas reuniões. Salientou-se que, nos termos regimentais, compete ao SECP autorizar a movimentação dos fundos alocados ao Conselho.

Flávio Martins informou ainda que, na data do envio do documento, manteve contacto com a Dra. Ana Cristina, tendo esta confirmado que elaborou uma minuta de despacho e a remeteu ao Gabinete. No entanto, o SECP encontrava-se em missão oficial no Brasil, o que impossibilitou a imediata apreciação e assinatura do documento.

Perante a ausência de despacho ainda e considerando a necessidade premente de as secções locais iniciarem os seus trabalhos de planificação com a devida antecedência – sobretudo para conter custos com deslocações e alojamento, que tendem a aumentar significativamente com a proximidade das datas –, o Presidente Flávio Martins propôs que o Conselho ratificasse a proposta de calendário, já aprovada em Lisboa, para registo em Ata.

Foi ainda avançada a intenção de, na ausência de uma decisão até à noite de segunda-feira, dia 28 de julho, enviar o documento a todos os Conselheiros, com a devida nota de que se aguarda a formal homologação pelo SECP. Esta medida, ainda que não ideal, visa não comprometer o trabalho das estruturas locais e a sua capacidade de organização, transferindo para elas a responsabilidade de avançar com o planeamento, com a salvaguarda de que a autorização final está pendente.

Seguiu-se um debate sobre a proposta. O Conselheiro Paulo Marques solicitou clarificações sobre o enquadramento do envio do documento, o que foi prestado pelo Presidente.

O Conselheiro Daniel Loureiro, face aos constrangimentos comunicacionais identificados, propôs o alargamento do prazo para as secções locais comunicarem as suas datas de reunião. O prazo inicial de 14 de agosto foi, por isso, alterado para 21 de agosto de 2025. Esta alteração visa conceder um período suplementar para que todas as secções se possam organizar, sem comprometer o período de realização das reuniões, que se mantém entre 1 de setembro e 5 de dezembro de 2025.

Foi realçado que a comunicação formal das datas deve ser enviada à DGACCP (Direção-Geral de Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas), sendo a Dra. Ana Cristina o ponto focal para a operacionalização e com conhecimento ao Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP).



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Não havendo mais intervenções ou questões, o ponto foi colocado em votação.

Deliberação: A proposta de calendário para as reuniões das secções locais, com o prazo de comunicação alargado para 21 de agosto de 2025, foi aprovada por unanimidade.

2.3 Deliberação da proposta ao OE 2026 para o CCP

O Presidente do CP do CCP prosseguiu então para o terceiro ponto da ordem de trabalhos, dedicado à análise e aprovação da proposta de orçamento do Conselho das Comunidades Portuguesas para o exercício de 2026, tendo iniciado o debate por contextualizar a proposta, recordando uma observação prévia do SECP sobre a histórica subexecução orçamental do CCP. Frisou, contudo, que este facto não deve ser interpretado como falta de ambição ou rigor na gestão, mas antes como o resultado de constrangimentos legais e administrativos existentes. Enfatizou que o CCP sempre primou por uma aplicação criteriosa dos fundos públicos, recusando um dispêndio por mero consumo orçamental.

Neste sentido, e respondendo a um pedido direto de justificação pormenorizada formulado pelo SECP, foi elaborada uma proposta de orçamento que, embora se possa considerar perfectível, contempla as linhas mestras e necessidades fundamentais do CCP. O documento final, datado do dia da presente reunião após a sua ratificação, será formalmente endereçado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e ao Diretor-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas.

A proposta prevê um montante global de 500.000 euros (quinhentos mil euros), representando o valor mais elevado de sempre requerido para o CCP. Este montante reflete não apenas o crescimento quantitativo do Conselho – que atualmente integra 76 conselheiros –, mas sobretudo a sua acrescida representatividade, complexidade operacional e a imperiosa necessidade de valorização institucional.

A alocação proposta distribui-se pelas seguintes rubricas:

- Funcionamento de estruturas e colegiados: 240 000 €
- Atividades das secções locais: 100 000 €
- Manutenção, hosting e modernização do sítio eletrónico oficial: 2 000 €
- Implementação de sistema de correio eletrónico institucional (domínio ccp.pt): 8 000 €
- Contratação de estudos especializados e pareceres externos autorizados: 30 000 €
- Criação e operacionalização de um Gabinete de Apoio Permanente (GAP): 120 000 € (verba prevista para custos com dois técnicos superiores e logística associada, admitindo-se a possibilidade de instalação em sala cedida em edifício da administração estatal).



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Foi salientado que a proposta integra, no seu terceiro parágrafo, uma menção explícita e inequívoca à necessidade de o valor aprovado estar inteiramente livre de cativações anuais. Reconheceu-se a dificuldade política e administrativa inerente a este pleito, mas considerou-se da maior importância a sua inclusão, por uma questão de princípio e de eficácia na gestão.

A fundamentação assenta no acentuado aumento dos custos operacionais, designadamente com deslocações aéreas e estadias, na necessidade imperiosa de dotar o CCP de meios de funcionamento mínimos e dignos, e na ambição de concretizar projetos estruturantes há muito debatidos e consensuais, tais como:

- A implementação de um sistema de correio eletrónico institucional (@ccp.pt) para todos os conselheiros, ativo durante a vigência do seu mandato.
- A criação de um Gabinete de Apoio Permanente (GAP), composto por dois técnicos com perfis complementares (um deles preferencialmente na área tecnológica), que conferiria autonomia operacional, dignidade institucional para receber entidades e capacidade de resposta a solicitações técnicas específicas (e.g., pareceres jurídicos especializados)
- A profunda reformulação, modernização e dinamização do sítio eletrónico do CCP, cuja plataforma atual foi considerada limitada.

Seguiu-se um debate alargado e substantivo, com os seguintes contributos principais:

O Conselheiro Rui Marcelo sugeriu uma abordagem integrada, tratando a modernização do website e a implementação do correio eletrónico num pacote único de hosting e manutenção, o que se poderá revelar mais económico e eficiente. Alertou, contudo, para a necessidade de uma avaliação prévia da viabilidade legal e técnica da utilização do almejado domínio ccp.pt, face à natureza institucional do CCP.

O Vice-Presidente Paulo Marques partilhou a experiência comparada do Conselho das Comunidades Marroquinas, que dispõe de um secretariado permanente com vários funcionários dedicados por comissão temática, sublinhando que a vontade política é o fator determinante para o sucesso de tais estruturas de apoio.

O Conselheiro António Iria questionou o modelo de gestão, ponderando se o CCP não poderia gerir diretamente o seu orçamento, sem a dependência da autorização prévia do SECP para cada movimentação. Foi explicado, nomeadamente pelos Conselheiros Manuel Coelho e pelo próprio Presidente, que o enquadramento legal vigente atribui expressamente essa competência de autorização ao membro do Governo, sendo que qualquer alteração a este regime constituinte exigiria uma revisão legislativa. Salientou-se ainda que essa gestão direta, para além de legalmente impossível de jure, acarretaria uma pesada e complexa responsabilidade financeira, contabilística e até jurídica para os conselheiros, carecendo de uma estrutura técnica de apoio que presentemente não existe.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

A Conselheira Beatriz Pereira propôs que se avançasse, em paralelo, com o registo oficial da marca "Conselho das Comunidades Portuguesas" junto da Autoridade de Proteção à Propriedade Industrial e se avaliasse a sua proteção internacional. Este procedimento visaria proteger a identidade institucional e prevenir usos indevidos e confusões por parte de entidades privadas ou associativas noutros países, um problema concretamente identificado no Brasil e na Argentina, onde grupos se auto-intitulam indevidamente como representantes oficiais. Foi sugerido que este assunto fosse agendado como ponto próprio numa próxima reunião.

O Conselheiro António Cunha apoiou vigorosamente a proposta global e, em particular, a criação de um gabinete físico em Lisboa, argumentando que tal facilitaria imenso a logística, a gestão administrativa e daria a necessária solidez, permanência e dignidade institucional ao CCP.

Esgotada a discussão e não havendo mais intervenções, o ponto foi submetido à votação.

Deliberação: A proposta de orçamento no valor de 500.000 euros para o ano de 2026 foi aprovada por unanimidade.

Ficou acordado que o documento final seria enviado aos destinatários institucionais durante a semana de 28 de julho a 2 de agosto, com cópia obrigatória para os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, enquanto partes interessadas nas decisões finais do Orçamento do Estado.

2.4 Proposta de Moção: 140 anos de Aristides Sousa Mendes

O Presidente Flávio Martins deu início ao quarto ponto da ordem de trabalhos, dedicado à apreciação de uma proposta de moção recebida, por via eletrónica, do Conselheiro Mário Francisco Ferreira (Frank Ferreira), representante do CCP em Washington, Estados Unidos da América, contendo um conjunto de sugestões, das quais foi selecionada para apreciação uma proposta de moção alusiva à comemoração do 140.^o aniversário do nascimento de Aristides de Sousa Mendes. Salientou que a escolha recaiu sobre este tema pela sua relevância histórica e simbolismo universal, considerando tratar-se de uma figura ímpar da história diplomática portuguesa, amplamente reconhecida e celebrada a nível mundial.

Recordou-se que Aristides de Sousa Mendes, Cônsul de Portugal em Bordéus durante a Segunda Guerra Mundial, desafiou ordens expressas do regime do *Estado Novo* ao emitir vistos que salvaram da perseguição nazi milhares de refugiados, num ato de extrema coragem cívica e humanidade que lhe acarretou sérias consequências pessoais e profissionais. O seu legado é hoje amplamente celebrado, tendo-lhe sido concedido o estatuto de Herói Nacional, com as devidas Honras de Panteão Nacional, em 19 de outubro de 2021.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Flávio Martins explicou ainda que o texto original, foi objeto de uma reorganização e aperfeiçoamento editorial, visando conferir maior clareza, rigor e solenidade à redação do documento, sem, contudo, desvirtuar a essência e o espírito da proposta inicial do Conselheiro proponente. O Presidente do CP do CCP colocou desde logo a assembleia ao corrente do conteúdo integral da moção e solicitou a sua apreciação, aberta a eventuais sugestões de alteração ou melhoria.

Seguiu-se um breve, mas unânime e convicto, debate de apoio à moção:

O Vice-Presidente Paulo Marques manifestou o seu forte apoio, sublinhando a profunda ligação emocional e histórica que esta figura representa, em particular para as comunidades portuguesas em França. Frisou o longo trabalho de reconhecimento da sua ação, que contou decisivamente com o empenho de historiadores e de cidadãos luso-descendentes, considerando a moção plenamente justificada e meritória.

O Conselheiro Rui Marcelo associou-se integralmente à proposta, classificando Aristides de Sousa Mendes como "um dos maiores representantes da história de Portugal num período particularmente complicado". Referiu que o tema tem sido objeto de conversa e publicação generalizada entre as comunidades e vários Conselhos Regionais, refletindo um sentimento comum e pacífico. Alertou ainda que a não assunção clara desta homenagem por parte do Conselho Permanente poderia abrir espaço para "aproveitamentos individuais da questão", pelo que era imperiosa uma tomada de posição institucional.

Não havendo quaisquer objeções, propostas de alteração ou abstenções, e esgotado o debate, o Presidente submeteu a moção à votação.

Deliberação: A Moção de Saudação e Homenagem pelo 140.º Aniversário do Nascimento de Aristides de Sousa Mendes foi aprovada por unanimidade, tendo sido acordado que a moção aprovada seria formalmente divulgada através de um comunicado dirigido aos órgãos de comunicação social e publicada no sítio eletrónico oficial do CCP, após a devida atualização do mesmo, e integrada como documento anexo à ata da reunião presencial de Lisboa, após a sua finalização e assinatura, e enviada a todos os conselheiros.

2.5 Assuntos Gerais

A reunião prosseguiu com o último ponto da agenda, relativo aos assuntos gerais.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Proposta de Evento Paralelo em Lisboa: O Presidente Flávio Martins informou ter mantido um contacto com o Dr. Victor Gil, da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP), localizada na Baixa de Lisboa. Foi discutida a possibilidade de o CCP organizar um evento paralelo à sua reunião de outubro, nas instalações da SHIP, na tarde do dia 13 de outubro.

A proposta consiste na organização de um debate ou conversa aberta sobre temas das comunidades, com a participação de entidades externas, como outros conselhos, políticos e representantes da sociedade civil.

O Conselheiro Vasco de Abreu acrescentou que contactou a RDP Internacional, tendo as jornalistas Paula Machado de Oliveira e Andreia Rocha demonstrado interesse em realizar uma emissão direta ou gravar o evento para posterior difusão nos seus programas. A proposta foi deixada para análise e desenvolvimento até agosto.

Questões relativas a Atas e Conclusões das Comissões Temáticas: O Conselheiro Hilário da Cunha solicitou esclarecimentos sobre os trâmites a dar às conclusões e recomendações produzidas pela sua Comissão Temática para as Questões Sociais e Económicas e Fluxos Migratórios, resultantes da reunião presencial em Lisboa. Questionou se deveria ser a comissão a enviá-las diretamente para o governo ou se caberia ao Conselho Permanente fazê-lo.

O Presidente do CP do CCP esclareceu que, sendo um documento da CT, esta tem toda a legitimidade para o enviar diretamente ao SECP. No entanto, reconheceu que a atual relação comunicacional com o gabinete tem dificultado este processo. Foi salientado que algumas das recomendações são de carácter interno e dirigidas ao próprio CCP, enquanto outras são para o Governo ou até para a Assembleia da República, pelo que o Conselho Permanente se propõe agregar todas as conclusões das três comissões num documento único e coerente, a aprovar e publicar no site institucional, de acordo com a lei.

O Conselheiro Hilário da Cunha destacou uma conclusão específica da sua CT, de extrema utilidade prática para as comunidades: a de que todos os cidadãos portugueses, independentemente da sua residência, desde que possuam número de utente da Segurança Social portuguesa (geralmente no verso do Cartão de Cidadão), têm direito a usar o Serviço Nacional de Saúde (SNS) em Portugal e podem requerer o Cartão Europeu de Seguro de Doença para serem atendidos em qualquer país da União Europeia às custas do Estado português. Esta informação, crucial para evitar gastos desnecessários em seguros de viagem, deverá ser amplamente divulgada pelos conselheiros junto das suas comunidades.

Foi acordado que o Presidente encaminhará estas conclusões a todos os conselheiros por e-mail, de forma imediata. Foi ainda registado um debate sobre a publicação das conclusões no site do CCP, tendo sido consensual que a transparência é importante, mas que a publicação no site institucional deve respeitar a forma legal, podendo as conclusões de cada comissão ser publicadas na respetiva página, uma vez aprovadas.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

O Presidente recordou que a ata da reunião presencial da CT do Conselheiro Hilário ainda não foi remetida, apesar do prazo de 30 de junho de 2025, estabelecido em Lisboa, exortando ao seu pronto envio.

Vários conselheiros utilizaram a fase de assuntos gerais para se despedir, desejar boas férias e felicitar o Conselheiro Manuel Viegas pelo seu aniversário.

Notas Finais: A Conselheira Beatriz Pereira reiterou a importância de se avançar com o registo da marca "Conselho das Comunidades Portuguesas", com um custo estimado de 150€ para o registo nacional, e entre 700€ a 900€, para proteção internacional, como forma de proteger a identidade institucional perante casos de uso indevido.

Finalmente, o Presidente Flávio Martins fez um ponto de situação dos próximos passos: Envio da documentação sobre as secções locais (com o novo prazo de 21 de agosto) até segunda-feira, 28 de julho de 2025.

- Envio da proposta de orçamento até final da semana.
- Envio das conclusões das CTs a todos os conselheiros.
- Envio da Moção Aristides de Sousa Mendes.
- Realização da reunião extraordinária no dia 30 de agosto.
- Inclusão do ponto "Registo da Marca CCP" na agenda da reunião de 20 de setembro.

3. Próxima Reunião

A próxima reunião ordinária do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas realizar-se-á no dia 20 de setembro de 2025 às 14:00 de Lisboa.

4. Encerramento

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada pelas 15:45 (hora de Lisboa) do dia 26 de julho de 2025, pelo Presidente do Conselho Permanente do CCP, Dr. Flávio Martins, que agradeceu a colaboração de todos os membros do Conselho Permanente.

Esta ata foi lavrada pelos Secretários Vasco de Abreu e Rui Marcelo e será assinada pelo Presidente e pelos Secretários, de acordo com o regulamento do CP/CCP.

Lisboa, aos 26 de julho de 2025.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Flávio Alves Martins (Presidente)

Rui Marcelo (Secretário)

Vasco de Abreu (Secretário)